

# A cidade como circuito de poder e desigualdades: *rent-seeking* urbano e reprodução social no Brasil

*The city as a circuit of power and inequalities: urban rent-seeking and social reproduction in Brazil*

Charles Henrique Voos

**Resumo:** Mesmo após 30 anos da Constituição de 1988, e uma extensa gama de políticas urbanas institucionalizadas desde então, verifica-se os mesmos problemas urbanos, especialmente a partir da grande diferença entre a cidade “oficial” e a periferia. Este trabalho pretende apresentar como as diferentes desigualdades sociais são distribuídas desigualmente pelo espaço urbano das cidades brasileiras, gerando grandes cenários de segregação socioespacial, e, ainda, a forma como isso impacta na capacidade intergeracional de ascensão social e na manutenção de poder de alguns grupos interessados em auferir renda do solo urbano. Para tanto, os objetivos serão atingidos a partir de uma extensa revisão bibliográfica sobre a questão, corroborados com documentos oficiais, estudos empíricos e reportagens, criando um aspecto interdisciplinar necessário para o entendimento da questão urbana.

**Palavras-chave:** cidades, segregação socioespacial, *rent-seeking* urbano; reprodução social, Bourdieu.

**Abstract:** Even after 30 years of the 1988 Constitution, and a wide range of institutionalized urban policies since then, the same urban problems are verified, especially since the great difference between the “official” city and the periphery. This paper intends to present how the different social inequalities are unevenly distributed across the urban space of Brazilian cities, generating great scenarios of socio-spatial segregation, and also the way in which this impacts on the intergenerational capacity for social ascension and the maintenance of power of some interested groups interested in earn income from urban land. To this end, the objectives will be achieved from an extensive bibliographic review on the issue, corroborated with official documents, empirical studies and reports, creating an interdisciplinary aspect necessary to understand the urban issue.

**Keywords:** cities, socio-spatial segregation, urban *rent-seeking*, social reproduction, Bourdieu.

## INTRODUÇÃO

Pretendo, com esta comunicação, relatar de forma aprofundada alguns tópicos presentes em minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (VOOS, 2016) e publicada pela Editora Appris (VOOS, 2018). Nestas oportunidades, pesquisei sobre a ação política empresarial na cidade de Joinville/SC, distante 180 km da capital Florianópolis, após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e a emergência da gestão democrática como princípio básico da política urbana. Além disso, é uma continuação dos estudos iniciais apresentados no XVIII Enanpur e no XIX Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorridos em 2019.

O objetivo deste trabalho consiste em averiguar como a produção do espaço urbano constrói diferentes desigualdades e de que maneira essas questões interferem na reprodução social dos moradores das cidades brasileiras. Além disso, de forma específica, pretendemos a) ampliar a literatura existente sobre agentes sociais e espaço urbano; b) comparar a capacidade intergeracional de ascensão social entre os moradores das periferias e das zonas consolidadas; c) compreender como os agentes sociais interessados em auferir renda do solo urbano se articulam e d) apontar os papéis do Estado nos cenários investigados. Como esta é uma primeira iniciativa de aprofundar aspectos relevantes de outras pesquisas, abordaremos a questão a partir de uma extensa revisão bibliográfica, trazendo, inclusive, interpretações da questão em bibliografias, tanto do Global Norte, como do Sul, de maneira interdisciplinar.

Para corroborar com as deduções levantadas pelas teorias que serão expostas, elencaremos pesquisas empíricas que mostrem como a cidade afeta diariamente a vida dos grupos sociais segregados nas cidades, sobretudo quanto à localização da moradia e outros aspectos condicionantes à construção do capital cultural, a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu.

A relevância da pesquisa consiste em mostrar como a vida nas cidades padece, então, às estratégias capitalistas de rentismo a partir do uso do solo urbano, formatando novos planejamentos sem a chancela das comunidades envolvidas, ou sem o entendimento popular do que está sendo discutido. Com isso, busca-se ir além das velhas questões sobre “especulação imobiliária” e que pouco conseguem enxergar as novas estratégias promovidas pelo empresariado interessado na terra urbana, apontando os mais diversos agentes sociais envolvidos na formação de um circuito de dominação e manutenção das desigualdades.

Para isso, o material será apresentado em duas seções, antes das considerações finais. O primeiro, denominado “Os agentes do urbano e o realinhamento conservador das cidades brasileiras”, mostra como ocorre a articulação entre diferentes grupos sociais para a promoção da segregação socioespacial realinha todos os preceitos democráticos estabelecidos com a Constituição de 1988 e o Estatuto das Cidades, de 2001. Por sua vez, a seção “A cidade como fonte desigual de capital cultural: interfaces perante a reprodução social” apresentará algumas considerações feitas a partir do pensamento de Pierre Bourdieu sobre as cidades, enquanto espaço de materialização do corpo social e determinante na reprodução social.

## **OS AGENTES DO URBANO E O REALINHAMENTO CONSERVADOR DAS CIDADES BRASILEIRAS**

João Bosco Ribeiro era morador do Jardim Edith, na cidade de São Paulo, e se enforcou com uma mangueira ao saber que o megaprojeto de reurbanização da Água Espraiada iria afetar o seu barraco, além de que receberia mil e quinhentos reais e seria enviado para um asilo após a remoção. Essa situação, denunciada por Mariana Fix (2001) na obra “Parceiros da Exclusão”, mostra como a cidade é tratada no Brasil: uma oportunidade de negócio para alguns

grupos sociais interessados em auferir renda a partir do controle do uso do solo e sem conexão com a realidade social.

Em outras oportunidades (VOOS, 2015; 2018), denominamos esse processo como *rent-seeking* urbano, ou seja, uma adaptação das reconhecidas teorias de Gordon Tullock (1967; 1989; 1993; 2003) e Anne Krueger (1974) para identificar como os agentes privados, ao se relacionarem com o poder público por meio de *lobbies*, grupos de pressão, financiamento de campanhas e corrupção, moldam as políticas públicas conforme seus interesses, em detrimento do bem-estar social.

O que ocorreu com João foi a exacerbação do modelo do *rent-seeking* urbano, quando a cidade é transformada conforme os interesses empresariais para acumulação do capital, sendo que estes enxergam na expansão geográfica uma forma de reprodução dos lucros, como aponta David Harvey (2005), no seminal “A produção capitalista do espaço”. Infelizmente, o modo empresarial de lidar com o espaço urbano não é uma exclusividade brasileira, mas é um arranjo que encontrou uma conjuntura favorável a partir da emergência da inflexão neoliberal nos anos 1980 em “megaprojetos” ou “megaeventos” (PAIVA, 2017).

Com o empresariamento urbano, “a feição da cidade e o modo como é produzida alteram-se visivelmente quando esses empreendimentos como atrativas aplicações financeiras”, tanto que “a lógica de sua produção passa a ser regida pelos interesses de rentabilidade dos investidores” (FIX, 2001, p. 113). O Estado, para a autora, torna-se um “sócio” da iniciativa privada para potencializar a dinâmica da “cidade-mercadoria”, conceito amplamente debatido por Vainer (2001).

Essa base, segundo René Dreifuss, estaria no realinhamento conservador de posturas das classes dominantes brasileiras, em prol da manutenção de seus poderes e privilégios, por meio da articulação entre ação política empresarial, grupos políticos historicamente alinhados ao poder, e setores do Estado, como forças armadas e poder judiciário. Foram estes

realinhamentos que impediram profundas rupturas em nosso país e garantiram o golpe civil-militar de 1964, a mobilização em torno da Constituinte de 1988, o golpe institucional de Dilma Rousseff, só para citar alguns exemplos recentes. Os dois primeiros são mostrados de forma exemplar por Dreifuss (1981; 1989).

Como consequência, o espaço urbano torna-se um espaço desigualmente distribuído, conceito que Villaça (2012, p. 43) denomina como “segregação socioespacial”, um processo construído socialmente em que “diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros”. A segregação social, assim, torna-se a mais importante expressão das desigualdades sociais nas cidades e edifica o grande hiato entre a cidade dos mais ricos e dos mais pobres. É inegável a existência de várias cidades dentro de uma só, meticulosamente controladas conforme interesses do capital organizado e de seus representantes, pois a segregação é a dimensão espacial da dominação social.

Este é um dos principais pontos de partida desta pesquisa. A desigual distribuição dos ônus e bônus do processo de urbanização é manipulada, por assim dizer, no tom da “espoliação” trazida por Kowarick (1979), e interfere na capacidade intergeracional de ascensão social dos grupos sociais. Com isso, o espaço urbano torna-se uma das principais matrizes de reprodução social, pois é nela que encontramos os principais subsídios para a vida humana, considerando a alta concentração da população brasileira em áreas urbanas.

A conexão existente entre segregação socioespacial e desigualdades sociais expressa-se principalmente pelos altos níveis de desigualdade presentes em nosso país. O resultado, conforme Cattani (2013; 2017), está na riqueza substantiva de alguns grupos sobre os demais, construindo as persistentes desigualdades que caracterizam o território brasileiro. Ou seja, “aquela expressa em uma grande quantidade de dinheiro e bens, permitindo que aqueles que a possuem tenham um poder muito acima das outras pessoas, dos outros empresários e até mesmo do próprio Estado”. É um poder cuja origem não está em elementos abstratos, como relações com pessoas influentes, de

prestígio ou status social, mas “fundamentado em elementos bem concretos (meios de produção, dinheiro, propriedades e patrimônio), assegurando posições de força nas esferas econômicas, políticas e sociais” (2017, pp. 15-16). Segundo dados da organização Oxfam (2018, p.18), “os rendimentos mensais médios do 1% mais rico representam 36,3 vezes mais do que aqueles dos 50% mais pobres”, colocando o Brasil como um dos países em que mais concentra renda no topo da pirâmide social.

Em todas as cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles e grandes cidades, o predomínio da segregação socioespacial é evidente. Retomando Villaça (2001, p. 321), quanto mais as camadas ricas da sociedade se concentram em determinada região da cidade, “mais elas procuram trazer para essa mesma região importantes equipamentos urbanos”, por meio da riqueza substantiva e sua aliança com os interesses do *rent-seeking* urbano e, “quanto mais o conseguem, mais vantajosa essa região se torna para aquelas camadas”. O espaço intra-urbano, então, é “estruturado sob a dominação dos interesses do consumo” (p. 330) e o elemento-chave é a localização, de forma que o local de moradia esteja amplamente conectado às facilidades de reprodução social. Quem tem esse controle, portanto, possui maior desenvoltura em relação aos que não tem. As incapacidades intergeracionais de ascensão social estão diretamente ligadas aos capitais que o espaço urbano fornece a seus cidadãos.

Alguns estudos recentes conseguem comprovar tal situação, mediante a espacialização de indicadores específicos. No tocante à localização, é possível perceber como as grandes cidades brasileiras possuem um elo entre o local de moradia e a política do automóvel. Em levantamento realizado pela agência *Mapping Lab*<sup>1</sup>, as áreas mais abastadas das cidades pesquisadas coincidem com as áreas de maiores facilidades para transporte via automóvel. Ou seja, aqueles que habitam as regiões da cidade mais próximas ao centro (não necessariamente o centro) podem usufruir melhor da cidade, graças aos incentivos históricos para o transporte motorizado individual, pois “as

---

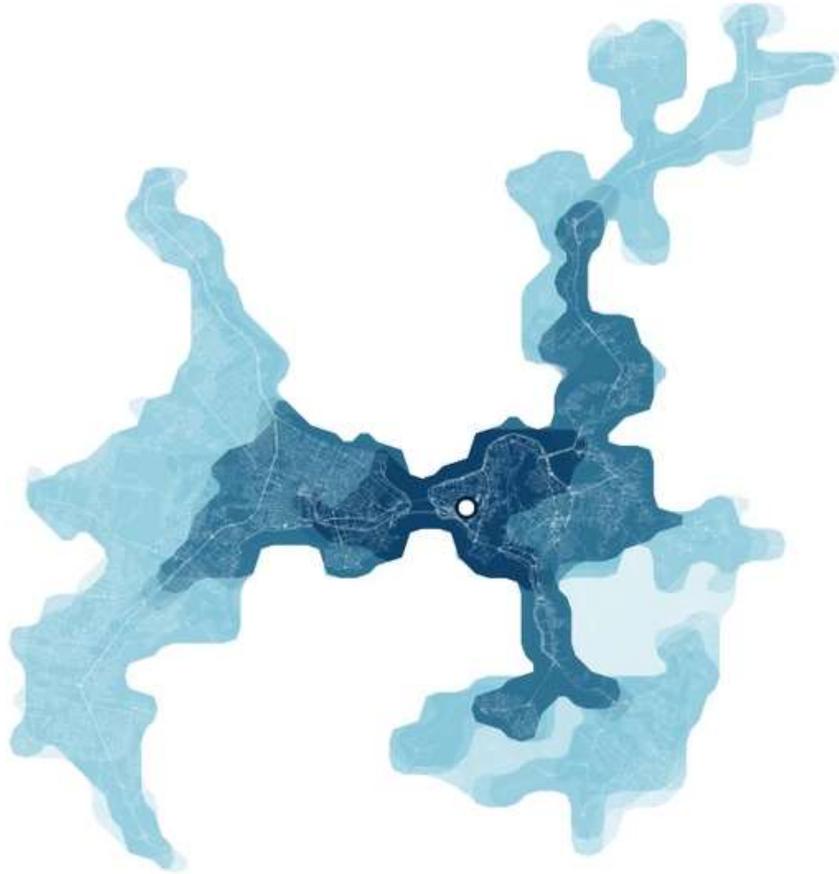
<sup>1</sup> Disponíveis em <http://www.mappinglab.me>. Acessado em 19 Mai. 2019.

condições de deslocamento dos indivíduos se inserem na esfera da sua reprodução e [...] na reprodução das classes sociais e nas suas condições de dominação e subordinação” (p. 334). Na cidade de São Paulo (Figura 1), por exemplo, a maior desenvoltura para o automóvel coincide com o local de moradia das regiões Oeste e Sudoeste (áreas mais escuras), reconhecidas como as mais abastadas da capital paulista. O mesmo ocorre em capitais menores, como Florianópolis (Figura 2), e todo o acesso à região da Beira-Mar Norte, locais de grande valorização imobiliária ligada ao turismo e incorporados às elites locais (SUGAI, 2015).

**Figura 1 - Facilidades do uso do automóvel em São Paulo/SP**



**Fonte - Agência Mapping Lab**

**Figura 2 - Facilidades do uso do automóvel em Florianópolis/SC**

**Fonte - Agência Mapping Lab**

Com isso posto, precisamos dizer que reduzir os problemas das cidades à ação de uma “especulação imobiliária” não é uma explicação suficiente para aquilo que vem ocorrendo. O realinhamento conservador de nossas cidades é um processo agudo e que se retroalimenta em tempos de crises, como o atual. A complexidade da reprodução do espaço urbano exige a identificação dos diversos interesses envolvidos. Por isso, relutar na explicação sobre especulação, como se fosse algo único e promovido por um coletivo abstrato, é uma situação que precisa ser relativizada.

Cattani (2007, pp. 83-84) é enfático ao dizer que os agentes capitalistas não são anônimos, pois possuem nomes e sobrenomes e agem diretamente ou indiretamente junto aos mais diferentes setores sociais, sobretudo ao Estado e seus gestores, já que são “figuras empresarialmente respeitáveis, beneméritos

apoiadores de campanhas filantrópicas (e políticas), ilustres patronos das artes”, que se valem “de todos os expedientes para obter concessões ou isenções e para, caso necessite, garantir impunidade, ou seja, para obter vantagens não acessíveis aos demais capitalistas com menor volume de recursos”. Wright Mills (1964) denominou este grupo como “elite do poder”, ou seja, um grupo de poucos com acesso privilegiado aos postos mais importantes de decisão, o que impacta, certamente, no direcionamento das políticas públicas. Com o desenvolvimento do ramo acadêmico que ficou conhecido como “*urban politics*”, especialmente nos EUA, temos estudos mais aprofundados sobre as ações destes mesmos grupos no desenvolvimento urbano das cidades norte-americanas, como aqueles produzidos por Savitch (1988), Mollenkopf (1990), Davis (2009), Molotch (1976) e Logan e Molotch (1987).

Com estes últimos, a escala local ganha importância, tornando-se um estudo seminal para as análises sobre a ação política de determinados grupos na governança urbana, pois é na cidade que se manifestam as estratégias e necessidades dos agentes humanos e das instituições na defesa de seus interesses, como abordamos anteriormente. Para os autores, são “pessoas que sonham, planejam e se organizam para fazer dinheiro a partir da propriedade e são agentes através dos quais a acumulação faz seu trabalho no âmbito urbano”, em constante conflito com “grupos sociais que se mobilizam contra essas manipulações e encorpam os esforços humanos pela afeição, comunidade e subsistência”. Os limites de uma sociologia urbana se desenhariam em torno do espaço de encontro (geográfico e analítico) entre esses dois campos de confronto (LOGAN E MOLOTCH, 1987, p.12).

O valor de troca de terra urbana, com a ação destes setores empresariais, passa a permear todos os níveis da organização das cidades estadunidenses, foco dos estudos desses autores, e ser potencializado em organizações interessadas em agregar a renda adquirida com a intensificação do uso do solo. Esse “princípio do crescimento” invade todos os aspectos da vida local, incluindo o sistema político, a agenda do desenvolvimento econômico e todas as organizações culturais de uma cidade historicamente construídas e variáveis

de acordo com o contexto social, econômico e cultural de cada cidade. As referidas organizações, identificadas pelos autores como “classes rentistas”, sempre se organizam em coalizões envolvendo proprietários fundiários, políticos locais, mídia, agências de serviços públicos, setores sindicais, instituições culturais como museus e universidades, equipes esportivas, comerciantes, sobretudo aqueles que têm algo a ganhar com o “crescimento” da cidade e que estavam opostos aqueles que usam a cidade prioritariamente como espaço de trabalho e moradia. O poder político dessas coalizões torna as cidades grandes estruturas socioespaciais que são mobilizadas para intensificar o uso do solo em benefício do setor privado e sua incessante busca pela renda advinda do solo (LOGAN E MOLOTCH, 1987).

O grande legado desses sociólogos norte-americanos está, certamente, no reconhecimento da união entre os mais diversos agentes capitalistas em torno das questões da cidade, independentemente se são concorrentes no mercado ou possuem visões conflitantes sobre o mesmo tema. Concomitantemente, os estudos urbanos dos anos 1970 e 1980 se esforçaram, com destaque para Harvey (1980), por meio da teoria microeconômica de uso do solo urbano, em explorar as forças que governam o uso do solo urbano, pois “há numerosos e diversos atores no mercado de moradia, e cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca” (p.139). Uma discussão adaptada à realidade brasileira foi desenvolvida por Azevedo (1982) e Corrêa (1995), sendo esta última uma das mais difundidas nos meios acadêmicos. Alguns outros esforços analíticos vêm, desde então, se concentrando a entender os agentes reprodutores das cidades brasileiras de forma isolada, mas poucos apresentam a questão local, dos municípios, a partir da ação dos agentes em coletivos, associações ou coalizões, como o mostrado em “*Urban Fortunes*”.

Um desses estudos é apresentado por Marques (2016), considerando a sua trajetória de análises sobre a cidade de São Paulo junto ao Centro de Estudos da Metrópole e a necessidade de revisitar os estudos sobre o que ele denomina de “capitais urbanos”. Os seus propósitos e referenciais são muito próximos, na medida em que consideramos que “em economias de mercado, a

maior parte dos capitais opera em cidades”, tornando possível discutir o “lugar dos capitais que operam em cidades nos processos de acumulação de forma mais ampla”, e questionar “o lugar da cidade no capitalismo”, ou ainda “de que forma o capitalismo molda a cidade”. Esses diversos capitais influenciam na produção de políticas devido “ao uso de recursos de poder” e “à adoção de estratégias políticas em conexão com vários atores (e não apenas capitais) cercados pelas instituições que produzem as políticas urbanas”.

Marques reconhece que, para os interventores nos processos de acumulação e lucratividade oriundos diretamente da produção da cidade, “as características e as políticas urbanas importam no detalhe”. São tantos os detalhes que os agentes se mobilizam de diversas formas “para influenciar as políticas em seu proveito”. Realizamos os mesmos questionamentos sobre os processos de valorização dos capitais, suas relações com o Estado (o autor reconhece a imbricação com os grupos políticos dominantes locais e no financiamento de campanhas políticas) e o espaço urbano, buscando entender o que realmente acontece nos espaços de decisão. Já apontamos, em outras oportunidades (VOOS, 2016; 2018), algumas discordâncias com este estudo, quando é argumentado que a ação dos diversos capitais acontece “raramente em institucionalidades participativas como conselhos”, ou “ainda mais raramente por representação corporativa”, e “comumente por ação individual no interior do tecido relacional do Estado”.

**Quadro 1 - Agentes sociais que atuam no espaço urbano**

Usuários de moradias	Empresas que prestam serviços urbanos
Proprietários de moradias	Multinacionais
Proprietários fundiários	Integrantes de partidos políticos
Incorporadoras imobiliárias	Estado (executivo)
Indústria da construção civil	Estado (legislativo)
Corretores imobiliários	Estado (judiciário)
Bancos privados	Grupos de comunicação
Bancos públicos	Escritórios de publicidade e propaganda
Agências de fomento	Universidades e faculdades
Companhias securitizadoras	Organizações intergovernamentais
Corretoras de investimentos	Movimentos populares e contestatórios
Fundos de investimentos	Movimentos empresariais
Industriais	Conselhos, entidades profissionais e patronais
Comerciantes	Organizações criminosas
Consultorias e escritórios de planejamento urbano	Serviços por aplicativos eletrônicos
Cidadãos alheios ao processo de moradia oficial	

**Fonte: do autor.**

Por isso que, a partir dessas pesquisas, levantamos a necessidade de identificar quais são os grupos envolvidos (e interessados) no processo de produção do espaço urbano, pois não há, para o caso brasileiro, outros esforços nesse sentido, e geralmente as explicações se resumem à “especulação imobiliária”, como abordamos anteriormente e que não se adaptam às intensas transformações que a financeirização e a internacionalização provocam nas cidades. Vale lembrar que é uma discussão que já fizemos em estudos anteriores porém, graças à complexidade e profunda dinâmica do processo,

apresentaremos uma visão ampliada em relação ao que já publicamos. Também não abordaremos as especificidades de cada um (é uma agenda de pesquisa em desenvolvimento), mas é urgente que novos debates surjam para determinar as estratégias deles em diferentes contextos, seja na escala global ou local.

### **A CIDADE COMO FONTE DESIGUAL DE CAPITAL CULTURAL: INTERFACES PERANTE A REPRODUÇÃO SOCIAL**

Como o espaço urbano é uma materialização de diversas condições sociais, conforme visto, é importante a lembrança de Pierre Bourdieu e as discussões sobre espaço físico e espaço social. Para o autor (BOURDIEU, 2011, pp. 159-166), o lugar que uma pessoa ocupa na cidade “pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume” e que não há “espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais”. Além disso, essa expressão ocorre de maneira “deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas”.

Com isso, as desigualdades sociais produzidas pelo espaço social se retraduzem no espaço físico, pois “o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona [...] se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes” com “a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos”. Em outras palavras, a posição que uma pessoa ocupa na sociedade é expressa pela posição na cidade, esta sendo receptáculo das relações sociais de sua (re)produção, considerando que “o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação de poder”.

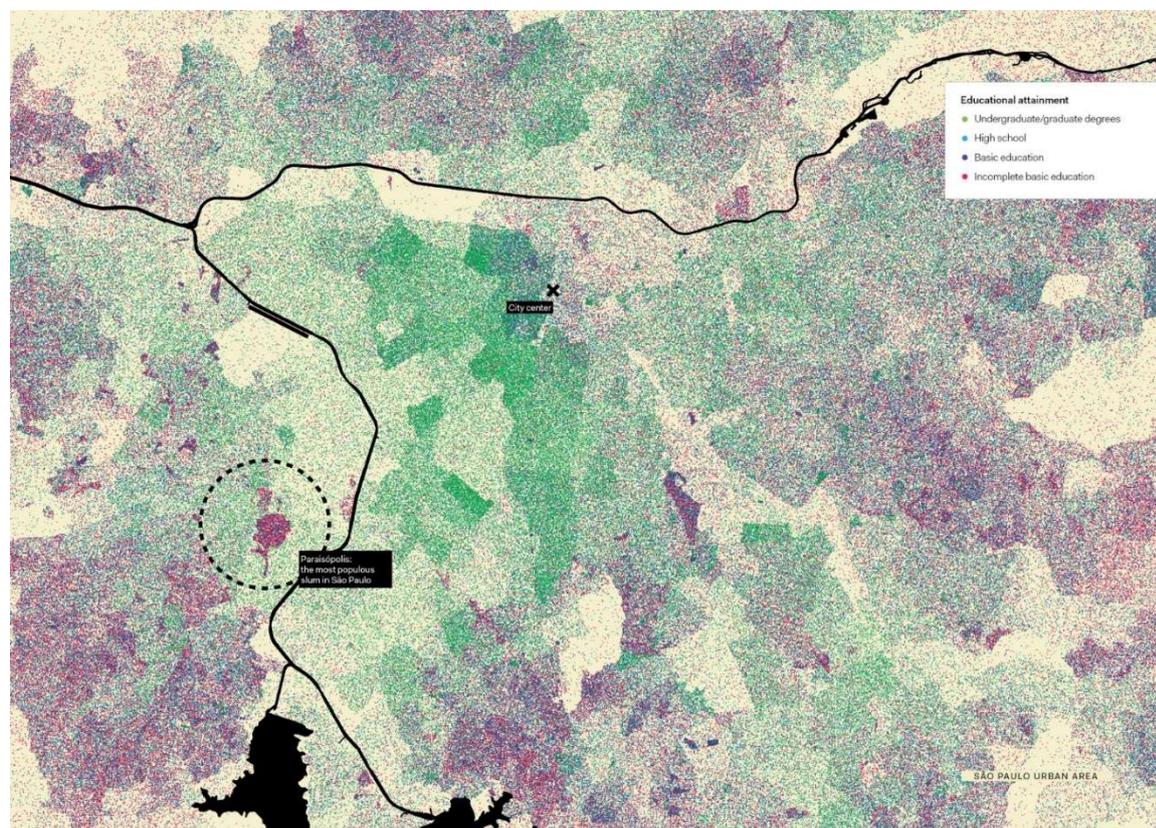
Os mais pobres, desta maneira, “são mantidos à distância, seja fisicamente, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros” e “condenados a estar

ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros”. Para mostrar a ideia de circuito que tola as cidades, Bourdieu aponta que “a falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar”, pois “o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os habitantes que o habitam e que, em troca, o degradam simbolicamente”. Assim, “privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão”.

O efeito da reunião de uma grande quantidade de pessoas em áreas despossuídas de elementos favoráveis à reprodução social (segregação socioespacial), seria, ainda para o autor, “redobrar a despossessão”, especialmente em matéria de capital cultural. As pressões exercidas pela sociedade, quanto à existência “normal”, evidenciarão “um efeito de atração, para baixo”.

Na área urbana da região metropolitana de São Paulo, por exemplo (Figura 3), é possível notar como as pessoas também estão segregadas em relação ao nível de escolaridade. Quanto mais distante a moradia estiver das áreas comerciais da cidade de São Paulo, menor a escolaridade dos cidadãos e maiores os deslocamentos, considerando a grande distância (e as precárias condições de transporte) até os municípios vizinhos. Por outro lado, a comunidade de Paraisópolis (em detalhe), mostra como uma concentração de moradias subnormais também concentra níveis de escolaridade mais baixos.

**Figura 3 – Distribuição da população, em relação ao nível de escolaridade, na região metropolitana de São Paulo**



**Fonte: Agência Mapping Lab.**

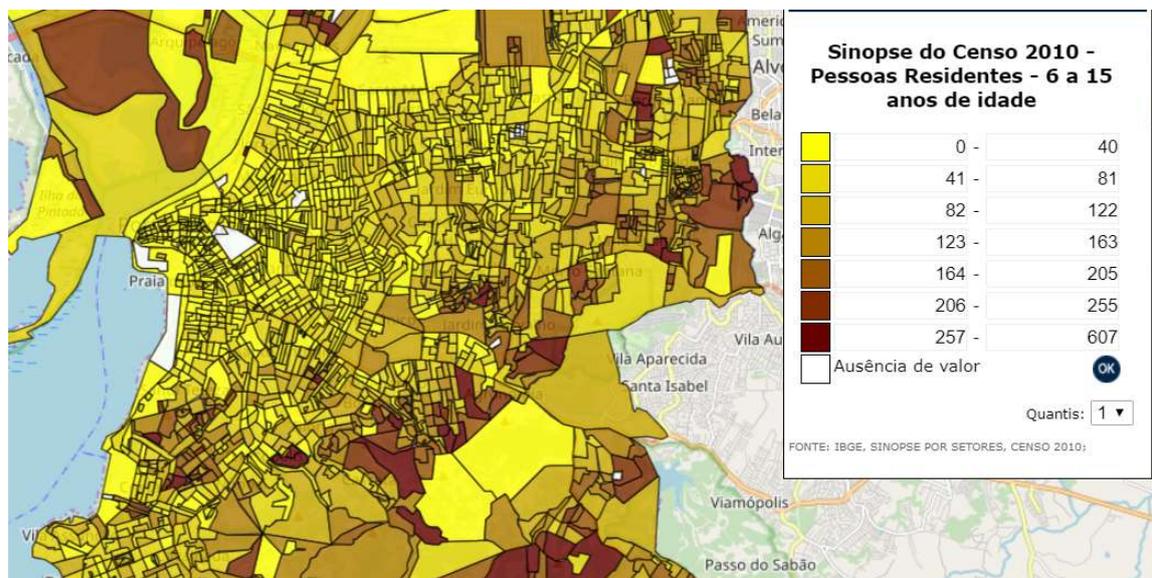
Até mesmo as crianças e jovens estão concentradas nestas áreas desprovidas de atenção estatal. Em Porto Alegre, conforme dados coletados do Censo 2010 (Figura 4), a concentração de crianças de 6 a 15 anos, em plena idade escolar, é maior nas áreas periféricas, distantes do centro da cidade e das áreas mais abastadas, próximas deste. Como veremos adiante, o local de moradia das crianças interfere diretamente no sucesso escolar e na reprodução social que as instituições de ensino articulam.

Nos setores mais pobres também estão concentradas as pessoas negras, como o que pode-se perceber nas cidades-satélites de Brasília (Figura 5), e o alto contraste com as áreas mais ricas, entre as asas norte e sul, bem como grande parte do setor sudoeste. O que queremos apontar com estes levantamentos é que o controle da cidade é necessário, para que os elementos da vida social, essencialmente raros, não sejam distribuídos democraticamente,

*Monumenta - Revista de Estudos Interdisciplinares. Joinville, v.1, n.1, jan./jun., 2020, p. 124-144.*

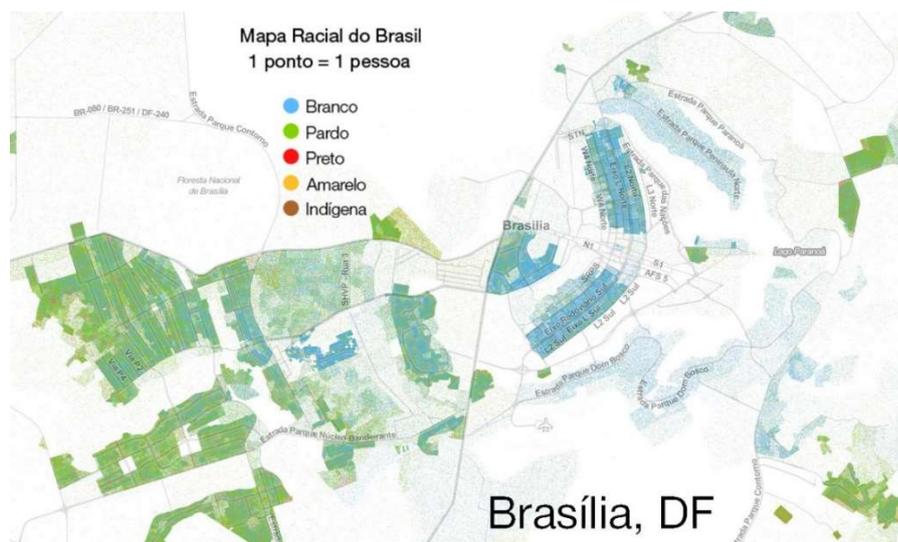
mas de maneira autoritária e violenta, tendo em vista que os mesmos agentes interessados em gerar renda a partir do solo urbano também são aqueles que utilizam seus capitais para manter suas posições e de suas próximas gerações.

**Figura 4 – Distribuição das pessoas de 6 a 15 anos de idade em Porto Alegre**



Fonte: Censo Demográfico 2010 – Sinopse por setores.

**Figura 5 – Distribuição racial em Brasília**



Fonte: Agência Pata.

Diante de tais evidências da segregação socioespacial nas cidades brasileiras, e seja qual for o recorte apresentado, vale lembrar que, para Bourdieu (2015, p. 46), “cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados” que definem, dentre outras questões, as atitudes frente à escola e ao próprio capital cultural, sendo este uma “herança cultural”, responsável “pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito”. O autor quer dizer, com isso, que a escola legitima as desigualdades sociais (“distribuídas” a partir do controle do solo por alguns grupos, como já exposto) e “sanciona” o que as heranças culturais (também desigualmente distribuídas entre as gerações) determinam ao longo da escolaridade, sobremaneira das crianças e adolescentes. A parte desta herança mais rentável na vida escolar é o que Bourdieu denomina como “cursus”, uma gama de aptidões sobre a escolarização e pela “cultura livre” adquirida nas experiências fora da escola (ou seja, na cidade), hierarquizada em valores conforme a origem social dos pais das crianças que comporão as próximas gerações. Em outras palavras, “as crianças e sua família se orientam sempre em referência às forças que as determinam”.

De certo modo, as dificuldades enfrentadas pela grande maioria da população mais pobre serão maiores, exigindo maiores esforços e que, somente assim, poderão ser convertidas em apoio familiar, levando em consideração a baixa taxa de “sucesso” escolar das famílias menos favorecidas, julgadas anteriormente em algum momento de suas vidas pela mesma escola que perpetua valores das classes mais privilegiadas. E se o único elemento que uma criança que vive na periferia de uma cidade qualquer for a “boa vontade cultural vazia” dos seus pais, resta a ela ser forçada a “tudo esperar e a tudo receber da escola” quando assim, na verdade, esta última torna-se uma instituição que conserva a ordem social por não democratizar os privilégios distribuídos nos contextos urbanos (*idem*, pp. 57-63).

A “função mistificadora” da escola seria, para finalizar, um caminho que levaria “os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes

assinala” (pelo consumo de cidade mais dificultado em relação às outras classes, impossibilitando uma construção mais diversificada de capitais necessários para a ascensão social), percebendo o sistema de ensino como uma “inaptidão natural”. Pelo contrário: “não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social [...] à sua natureza individual e à sua falta de dons” (*idem*, p. 65), gerando um circuito de poder e desigualdades, pois “é o que mantém as relações entre os agentes para além da criação contínua das interações ocasionais” (*idem*, p. 107).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de retirada de direitos duramente conquistados, entendemos que a principal relevância deste trabalho encontra-se na demonstração de como o *rent-seeking* urbano influencia o planejamento das cidades brasileiras e suas consequências na capacidade de ascensão social das próximas gerações. Por outro lado, lembramos que vários processos de revisão dos Planos Diretores estão ocorrendo por todo o país em metrópoles (como em Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre) e também em cidades médias, considerando o prazo legal de dez anos estipulado pelo Estatuto das Cidades, provocando a necessidade do debate sobre a questão que trazemos. É preciso entender as estratégias que o empresariado promove desde a última década para impedir a continuidade do *rent-seeking* urbano e a formação de grandes consensos que desconsideram qualquer tipo de ganho social institucionalizado e perpetuam as desigualdades em um perverso circuito de poder mediante o controle do uso do solo.

A necessidade de investigações mais aprofundadas sobre todos os agentes envolvidos é constante (apesar de estarmos deslocando esforços para isso, ainda é um debate incipiente dentro da academia e especialmente na Sociologia Urbana). A relação entre as suas estratégias de uso e ocupação do solo pode ser traduzida, como vimos, nas capacidades necessárias para a ascensão ou manutenção de classe dentro da reprodução social. Em outras

palavras, a desigual distribuição de “cidade” aos seus moradores os colocam em condições desiguais, principalmente àqueles que vivem em regiões vulneráveis e não podem confiar nas políticas públicas de educação, lembrando do caráter conservador e violento do sistema escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, Eli (org.). **Debates urbanos 4 – políticas públicas para áreas urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.67-114.

BOURDIEU, Pierre. O efeito de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Tradução Mateus S. Soares Azevedo. Jaime A. Clasen. Sérgio H. de Freitas Guimarães. Marcus Antunes Penchel. Guilherme J. de Freitas Teixeira. Jairo Veloso Vargas. Petrópolis, Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 2015. p. 44-72.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e a causalidade do provável. Tradução Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 2015. p. 44-72.

CATTANI, Antonio David. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. **Sociologias** (UFRGS), v. 1, p. 74-99, 2007.

\_\_\_\_\_. **A riqueza desmistificada / Demystifying wealth**. 1. ed. Porto Alegre: Marca Visual, 2013. v. 1. 208p .

\_\_\_\_\_. **Ricos, podres de ricos**. 1. ed. Porto Alegre: Marca Visual/ Tomo Editorial, 2017. v. 1. 60p .

CORREA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1995.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**. Escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo, Boitempo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. São Paulo: Boitempo, 2001.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed Annablume, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRUEGER, Anne O. **The political economy of the rent-seeking society**. *American Economic Review*, 64(3), 291–303, 1974.

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. **Urban fortunes**: The political economy of place. Berkeley: University of California Press, 1987.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 105, p. 15-33, 2016.

MOLLENKOPF, John. **The Contested City**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1990.

MOLOTCH, H. **The city as a growth machine**: toward a political economy of place. *American Journal of Sociology* 82, 309-332. New York, 1976.

OXFAM. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2018.

PAIVA, R. A. (org.) **Megaeventos e intervenções urbanas** - série intervenções urbanas. Barueri: Manole, 2017.

SAVITCH, H. V. **Post Industrial Cities** : Politics and Planning in New York, Paris and London, Princeton University Press, Princeton NJ, 1988.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis. 01. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. v. 01. 275p .

TULLOCK, G. The welfare costs of tariffs, monopolies and theft. **Western Economic Journal**, 5 (3): 224-332, 1967.

\_\_\_\_\_. **The Economics of Special Privilege and Rent-Seeking**, Boston & Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1989.

\_\_\_\_\_. **Rent Seeking**. London : E. Elgar, 1993.

\_\_\_\_\_. The origin of the rent-seeking concept. **International Journal of Business and Economics** 2(1), 1-8, 2003.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, Studio Nobel, 2012.

VOOS, Charles Henrique. **Quem manda nesta cidade?** Poder e rent-seeking urbano em Joinville/SC após o Estatuto da Cidade. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2016 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **Quem manda na cidade:** poder e rent-seeking urbano. Curitiba: Editora Appris, 2018.

### **Charles Henrique Voos**

Doutor em Sociologia (UFRGS), Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (UFSC) e Cientista Social (UNIVALI). Coordenador do Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade Guilherme Guimbala e Editor-chefe da Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares. charleshenriquevoos@gmail.com

**Recebido em 22 de junho de 2020.**

**Aceito em 29 de junho de 2020.**